

HISTORIOGRAFIA E PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA EM BELÉM: A EXPERIÊNCIA DO FÓRUM DO PATRIMÔNIO MODERNO

Historiography and preservation of Belém's Modern Architecture - The experience of Modern Heritage's Forum

Historiografía y preservación de la arquitectura moderna en Belém: la experiencia del fórum del patrimonio moderno

CHAVES, Celma

Doutora em Arquitetura e Urbanismo. Professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFPA)
celma_chaves@hotmail.com

DIAS, Rebeca

Mestra em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFPA)
rebecabdias@gmail.com

MORAES, Ronaldo Nunes de

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFPA)
ronaldonunesmoraes@gmail.com

SOUZA, Lohanna Ferreira de

Graduanda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (FAU-UFPA).
lohannasouza727@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta ações realizadas sobre o patrimônio moderno em Belém, a partir de pesquisas e do processo de construção de sua historiografia no Laboratório de Historiografia e Cultura Arquitetônica (Lahca-UFPA), as iniciativas para seu (re) conhecimento, e as perspectivas de sua proteção tendo em vista as aceleradas práticas de destruição desta arquitetura na cidade de Belém. Ressalta-se aqui o Fórum do Patrimônio Moderno de Belém ocorrido em janeiro de 2023, e as perspectivas e desafios para sua valorização, conservação e preservação. A discussão realizada nos dois dias do evento, e que envolveu a universidade, profissionais da área e técnicos de instituições públicas ligadas à preservação do patrimônio moderno, permitiu a construção de um interessante escopo de reflexões e propostas que objetivam contribuir para a elaboração de diretrizes que subsidiem as avaliações dos pedidos de tombamento desse patrimônio que, atualmente, encontra-se em risco permanente de desfiguração e desaparecimento.

Palavras-chave: Historiografia. Preservação. Patrimônio moderno.

ABSTRACT

This article presents actions taken on Belém's modern heritage, from research and its historiography construction process in Laboratório de Historiografia e Cultura Arquitectónica (Lahca-UFPA), initiatives carried out for its (re)cognition and perspectives of protection, taking into account the accelerated practices of destruction of this architecture in the city of Belém. It's emphasized here Belém's Modern Heritage Forum, held in January of 2023, as well as perspectives and challenges for its valorization, conservation and preservation. The discussion raised in the two days of the event, which involved the university, institution technicians that deal with the modern heritage's preservation issue, and civil society, allowed the construction of a relevant scope of reflexions and proposals that aim to contribute to the elaboration of guidelines able to subsidize the evaluations of applications for a historic property designation of this heritage, that is currently at permanent risk of disfigurement and disappearance.

Keywords: Historiography. Preservation. Modern heritage.

RESUMEN

Este artículo presenta acciones realizadas sobre el patrimonio moderno en Belém, desde las investigaciones y del proceso de construcción de su historiografía en desarrollo en el Laboratorio de Historiografía e Cultura Arquitectónica (Lahca-UFPA), las iniciativas para su (re) conocimiento y las perspectivas para su protección, teniendo en cuenta las céleres prácticas de destrucción de esa arquitectura en Belém. Se enfoca el Fórum del Patrimonio Moderno de Belém, realizado en enero de 2023, y los desafíos para su valoración, conservación y preservación. Los debates desarrollados en el evento, y que ha involucrado la universidad, profesionales del área, y técnicos de las instituciones oficiales relacionadas a la preservación del patrimonio moderno, han posibilitado la construcción de un interesante ámbito de reflexiones y propuestas que pretenden contribuir a la elaboración de directrices que subvencionen la evaluación de las solicitudes de conservación de este patrimonio, actualmente en riesgo permanente de desfiguración y desaparición.

Palabras clave: Belém. Preservación. Patrimonio Moderno.

HISTORIOGRAFIA E PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA EM BELÉM: A EXPERIÊNCIA DO FÓRUM DO PATRIMÔNIO MODERNO

O patrimônio moderno: iniciativas acadêmicas locais e ações dos órgãos de preservação

Situa-se na década de 1980, um renovado interesse nacional e mundial pela preservação do patrimônio moderno provocados principalmente por mudanças de usos e funções, alterações tecnológicas exigidas por novas demandas de conforto e de segurança decorrentes do desenvolvimento econômico e social, pelas constantes ameaças de demolição e pela obsolescência de suas instalações (CARVALHO, 2005). No entanto, já na década de 1960 se observavam nos edifícios modernos alterações, descaracterização e degradação, provocando debates sobre a necessidade da preservação desse legado e de estruturação metodológica para definir critérios para salvaguardar esses exemplares.

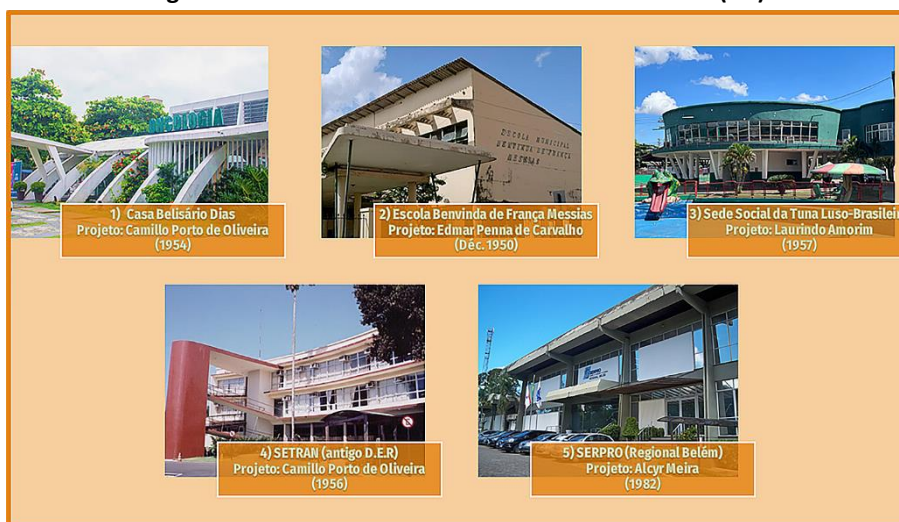
Os primeiros tombamentos de edifícios modernos em nível mundial, a Igreja de São Francisco da Pampulha em 1947 e a sede do Ministério da Educação e Saúde Pública, atual Palácio Gustavo Capanema em 1948, foram realizados no calor da proximidade dessa produção e de atuação de seus produtores. Esses tombamentos foram importantes para revelar a necessidade de definição dos critérios a serem adotados para as medidas de proteção, que só seriam modificados na década de 1980 quando os pedidos passam a ter outras formulações além da constatação das perdas e descaracterizações, subsidiados muitas vezes pela historiografia da arquitetura moderna no Brasil em construção e divulgação naquele momento (TAVARES, J. 2022; CARVALHO, 2005).

No entanto, quanto aos critérios adotados para o tombamento de exemplares da arquitetura moderna a partir desses primeiros casos, é inegável a fragilidade de fundamentos teóricos e metodológicos que possam subsidiar a elaboração de instrumentos e critérios de preservação específicos para esta arquitetura. Estudos de Carvalho (2005) apontam questões que frequentemente se apresentam nas obras modernas e que demandam ações de preservação, conservação e manutenção desses edifícios, tais como: a obsolescência funcional, a materialidade fragilizada e degradação física, a perda da função original, o acesso aos projetos originais, e a noção de autenticidade, em sua dimensão ampliada, como base das ações de preservação (MOREIRA, 2011; CARVALHO, 2005). Como validar tal autenticidade sob o olhar do observador contemporâneo e das várias camadas que sucessivamente as obras podem estar sujeitas e como definir uma atribuição de valor?

Em Belém, a arquitetura moderna apresenta uma diversidade de tipologias que foram produzidas desde o final da década de 1940 (Figura 1). Entretanto, ainda não existe uma regulamentação que subsidie a proteção desses exemplares modernos como objeto de valor cultural, histórico e arquitetônico, visto que é consenso que os critérios utilizados para arquiteturas do período do ecletismo são insuficientes como instrumento para essas arquiteturas mais recentes. Esse não é um

fenômeno restrito à Belém, pelo contrário, ocorre com conjuntos de obras modernas ao redor do país, como reportado em diversos estudos (OKSMAN, 2017; CARVALHO, 2005).

Figura 1: Obras de referências modernas em Belém (PA).



Fonte: (1) Frederico Ferreira, 2021; (2,3,4) Celma Chaves, 2019, 2022 e 2000; (5) Rodrigo Lima (2018)

As primeiras ações para encaminhar processos de tombamento da arquitetura moderna têm início no final da década de 1970. Porém, há um histórico nada animador quanto aos indeferimentos desses pedidos, principalmente obras do engenheiro e arquiteto Camillo Porto de Oliveira, como o edifício Dom Carlos (Figura 2), cuja solicitação de tombamento do ano de 2013 foi indeferida pelos órgãos competentes. O processo de tombamento é extremamente complexo, longo e burocrático, e convém citar que este não precisa ser o único instrumento de salvaguarda patrimonial. Novas abordagens e a constância no uso destes prédios podem contribuir com suas permanências, embora existam diretrizes que necessitam ser adotadas a fim de manter sua manutenção periódica (TAVARES J, 2022).

Figura 2: Edifício Dom Carlos.



Fonte: Celma Chaves, 2019

O problema da deterioração de vários dos exemplares da arquitetura moderna já prenunciava, desde a década de 1960, a necessidade de um debate sobre as medidas pertinentes a serem tomadas em situações como esta. Inicia-se, então, uma valorização do legado, juntamente à construção de uma historiografia crítica que contribuiriam para a salvaguarda deste novo patrimônio. A partir da década de 1980 os debates acerca da preservação do patrimônio moderno intensificam-se ao redor do mundo “motivadas pelas ameaças de perda e destruição”, estimulando encontros e desenvolvimento de pesquisas que direcionassem o olhar à “vulnerabilidade e fragilidade” destes exemplares em transmitir seus testemunhos para as futuras gerações (CARVALHO, 2005, p. 75).

No Pará, e em Belém especificamente, segundo informações do Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural (Dphac) da Secretaria de Cultura do Pará, atualmente existem 11 processos com pedidos de tombamento para exemplares da arquitetura moderna, porém cada um deles encontra-se em diferente situações, e na maioria dos casos estão em fase de pesquisa histórica (8), outros em revisão e análise (1), um sem início de pesquisa, e outro teve seu pedido indeferido, a residência do arquiteto Camillo Porto de Oliveira. Muitos desses imóveis já tinham passado por processo de tombamento, todos indeferidos anteriormente. Entretanto, é importante ressaltar que esses processos passam por sucessivos mandatos públicos que os priorizam ou não, conforme necessidades dos imóveis ou políticas de cada gestão administrativa (TAVARES, J. 2022)

Outra questão de extrema importância é a implementação de uma educação patrimonial que permita uma participação efetiva da sociedade no processo de conhecer, valorizar e contribuir para a proteção dos exemplares da arquitetura moderna. Iniciativas nesse sentido são encampadas pelos órgãos públicos no que se refere a outros âmbitos do patrimônio cultural, porém, no que se refere ao patrimônio moderno ainda são inexistentes iniciativas que fomentem a conscientização sobre esse patrimônio perante a população local.

O Fórum do Patrimônio Moderno de Belém. Propostas e perspectivas.

Com o propósito de ampliar o debate sobre a arquitetura moderna em Belém, foi realizado nos dias 26 e 27 de janeiro de 2023 o Fórum do Patrimônio Moderno de Belém, organizado pelo LAHCA (Laboratório de Historiografia da Arquitetura e Cultura Arquitetônica) em parceria com o DPHAC (Departamento do Patrimônio Histórico e Cultural), IPHAN e FUMBEL (Fundação Cultural do Município de Belém). A programação contou com apresentações de pesquisas sobre arquitetura moderna em Belém, desenvolvidas por discentes de Iniciação Científica e Mestrado da UFPA, que abordaram diversos temas como a obsolescência das casas modernas, a relação dessa arquitetura com a questão de gênero, a fenomenologia da ambiência moderna, a popularização da arquitetura moderna residencial etc.

A partir das pesquisas apresentadas, foram realizadas discussões em grupos de trabalhos divididos em três temas: Diagnóstico dos Imóveis Modernos de Belém, Educação Patrimonial e Inventários e Elaboração de critérios para medidas de preservação da arquitetura moderna em Belém. A atividade de grupos de trabalho trouxe ao debate maior dimensão participativa. Nesse sentido, aos

participantes do evento, não mais restritos à categoria de ouvintes, foi estimulada participação mais efetiva e propositiva, para dar voz aos grupos presentes, um ponto fundamental para uma democratização das decisões sobre o que deve ser priorizado quanto à preservação desse patrimônio.

A necessidade da Educação Patrimonial sobre a Arquitetura Moderna

Para inaugurar o ciclo de atividades do segundo dia do Fórum, desenvolvemos a temática da Educação Patrimonial para o primeiro grupo de trabalho. A realização desta dinâmica trouxe consigo significativos diálogos entre as generalizações e particularidades, permanências e ausências, assim como barreiras e virtualidades contidas no recorte do patrimônio moderno para a capital paraense.

Para este grupo de trabalho a metodologia participativa definida foi a roda de conversa, coordenada de tal maneira que possibilitasse uma condução mais livre de tópicos pelos participantes, desobstruindo uma construção espontânea de percursos alineares do pensamento e do discurso, elaborados coletivamente. Os resultados decorrentes da atividade, devidamente registrados pela equipe coordenadora, foram estruturados através de uma representação gráfico-visual em *nebulosa* com o intuito de explorar as relações entre diferentes argumentos e experiências, assimilando-os conforme o mote de uma composição dialógica e descontínua de nós e zonas intersticiais (PEREIRA, 2018). Ao longo de todo o processo de construção do debate, houve uma significativa preponderância de indagações e questionamentos articulados pelos participantes. Embora o formulário de inscrições do Fórum não impusesse restrições quanto à escolaridade, categoria ou instituição, parcela expressiva dos participantes do primeiro grupo temático era procedente de entidades acadêmicas, bem como de órgãos públicos; circunstância que, ainda assim, acarretou valiosos delineamentos à conversa.

De imediato, o apontamento fundacional lançado à roda de conversa identificou um obstáculo: atualmente inexistente uma cultura patrimonial consolidada em Belém capaz de difundir consciência sobre a arquitetura moderna local. A identificação do problema pôde orientar o ciclo argumentativo a algumas reflexões subsequentes, como suas possíveis repercussões sobre duas relevantes esferas relacionadas à preservação do patrimônio, a institucional e a pública. A princípio, foram prontamente indicados impactos institucionais acerca da figura do técnico educador do patrimônio, deslegitimado, e por vezes absorvido e pouco visibilizado no processo de construção e transmissão do conhecimento; e dos gestores responsáveis pela preservação e fiscalização do patrimônio, apartados de etapas decisivas neste processo.

A lacuna que distancia as instituições do patrimônio das políticas de educação patrimonial acaba por se entrelaçar com aspectos próprios do corpo social, marcado pelas diferenças socioeconômicas. Por consequência, os participantes associaram tal conjuntura à perspectiva da apropriação desses espaços de patrimônio, delineando-os pelas suas relações de (não)pertencimento capazes de produzir (não)lugares. É a partir da identificação de experiências

de exclusão e/ou apagamento, ampliadas no campo dos embates sociais, que se torna ainda mais evidente o distanciamento entre os espaços de patrimônio moderno e os atores da sociedade civil.

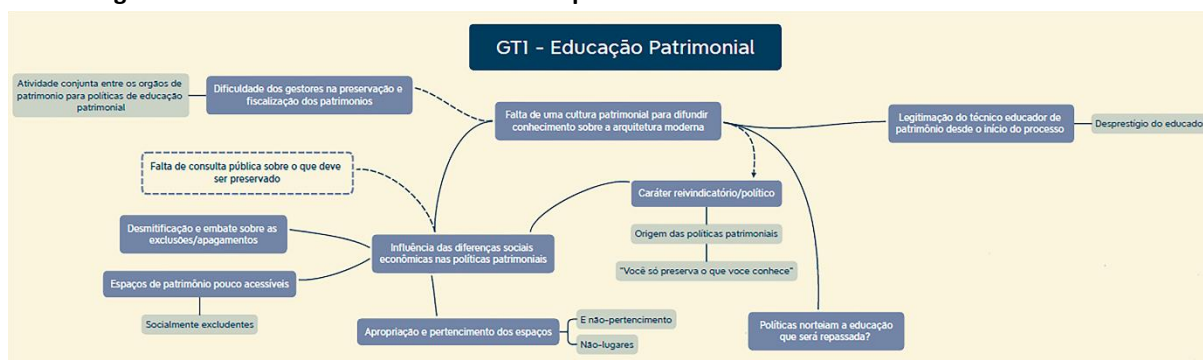
Em contrapartida, as variadas extensões da problemática que abrange o patrimônio moderno foram confrontadas pela latência de seu caráter político-reivindicatório. De tal maneira, a diretriz central subsequente resgata uma célebre reflexão de Aloísio Magalhães, diretor do IPHAN durante a década de 1980: “só se preserva o que se conhece”. Não obstante, as tentativas de reaproximação entre o patrimônio moderno e os atores da sociedade demandam o acompanhamento de políticas robustas capazes de unir os sistemas de objetos aos respectivos sistemas de ações, e a formulação de campanhas que ofereçam conhecimento sobre essa arquitetura. De acordo com Tavares G. (2018), é necessário dar atenção à:

[...] inseparabilidade que há entre aquilo que se produz (os objetos) e aquilo que dá condição de sua existência (a ação ou atividade empregada na fabricação-construção das coisas). Como esses elementos não se dão de forma separada, significa afirmar, também, que para que o espaço seja entendido da forma como ele é, torna-se necessário um determinado tempo, justificando, assim, a importância da história (TAVARES G, 2018, p.4).

Prosseguindo nesta etapa da discussão, o grupo procurou esquematizar possíveis caminhos de ação, articulando suas apreensões pessoais, assim como aquelas assimiladas a partir das falas realizadas pelo Fórum, com a viabilidade de construir reflexões de caráter extensivo, aptas a romper as barreiras e vácuos entre o patrimônio moderno e os ditos atores da sociedade civil. Dessa forma, os apontamentos do grupo permitiram descortinar do patrimônio o seu caráter contingente de *permear* ou *atravessar* algumas estruturas imbricadas na sociedade, irrompendo-as pela transversalidade entre suas qualidades: *transdimensional*, *transdisciplinar* e *transgeracional*. Por sua vez, o debate levou à ponderação de um projeto político-pedagógico responsável por aplicar tais potencialidades, ou seja, explorar diretrizes para difundir ações democráticas de educação patrimonial capazes de *transpassar* distintos níveis de ensino, faixas etárias, estratos sociais, instituições e mesmo ferramentas técnicas e tecnológicas. Foi, então, erigido um encadeamento de conceitos-chave para projetar perspectivas de intervenção mediante o cenário corrente, segundo uma configuração passível à retroalimentação. São estes: a alfabetização cultural, mediação cultural-educativa e curadoria pedagógica.

Como resultado, cada palavra-chave e verbete enunciados, conforme o seguimento do debate e suas distintas pautas, foram registrados e associados compondo um raciocínio alinear e desmontável do discurso, revelando, na *nebulosa*, suas centralidades e interpretações (Figura 3).

Figura 2: Recorte da nebulosa construída a partir de coleta realizada em roda de conversa.



Fonte: Ronaldo de Moares, 2023

Em meio às impressões finais apreendidas por toda a atividade do presente grupo de trabalho, verificou-se que, embora a discussão tenha propiciado relevantes caminhos à reflexão acerca das dificuldades e virtualidades contidas na temática da educação patrimonial, ainda é conveniente dar atenção aos tópicos subexplorados pelo debate, revelando algumas de suas zonas obscurecidas. Em vista disso, vale ressaltar o considerável esforço em inserir na conversa com os demais participantes a arquitetura moderna dentro do rol de bens patrimoniais a serem visibilizados. Tal questão retorna ao apontamento fundacional adotado no começo da atividade e revela que, no contexto de Belém, mesmo entre profissionais e estudiosos da arquitetura e do patrimônio, a apreensão de significados e o seu reconhecimento na arquitetura moderna ainda são difusos. Para além disso, é evidenciada a relevância de tais temas — usualmente tidos como recorrentes, nos debates acerca da preservação e da educação patrimonial — no contexto local e mesmo regional, fortemente marcado pelo desvalimento, pela ineficácia ou mesmo a inexistência de normativas direcionadas à proteção de seu conjunto de obras modernas. Com isso, é evidente a necessidade de persistirem ações de divulgação da arquitetura moderna em Belém, assim como do contexto histórico que a envolve, na tentativa de facilitar a construção de laços de memória e identidade entre o indivíduo e os distintos estratos da história de sua cidade. Nesse sentido, a constatação deixada pelos participantes reconhece tais omissões, porém instala uma provocação: *a educação patrimonial deve ser permanente*.

Diagnóstico dos Imóveis Modernos de Belém

A etimologia da palavra diagnóstico é fundamental para compreender o desenvolvimento da discussão pautada no segundo grupo de trabalho do Fórum de Arquitetura Moderna de Belém, pois sua origem como substantivo da medicina implica que se trata do ato de encontrar a natureza e causa de determinada doença, identificando seus sintomas e observando seu histórico médico. Ao utilizá-la como dinâmica em conjunto no Fórum, além da conexão entre os demais grupos de trabalho (Figura 4), como o de educação patrimonial, foi possível identificar de que forma as obras de arquitetura moderna de Belém são “lidas” na cidade pelos membros de órgãos de preservação, onde estão as dificuldades de compreender a arquitetura moderna como edificação e como identificá-la.

Figura 3: Grupos de Trabalho do Fórum.



Fonte: Celma Chaves, 2023

A sessão iniciou-se com um *brainstorm* das noções dos integrantes sobre arquitetura moderna, assim como relatos pessoais de experiências perante os trabalhos realizados por órgãos de preservação e patrimônio atuantes em Belém, tendo em vista os diversos membros desses órgãos presentes no Fórum. A partir do contato introdutório das discussões junto ao público que compunha o GT, observou-se a escassez de informações sobre os elementos que caracterizam as obras modernas e das formas de construção da arquitetura moderna, o que poderia explicar - caso identificado de forma recorrente – os motivos pelos quais muitos processos de tombamento e reconhecimento de obras modernas em Belém foram embargadas ou seguem aguardando para serem autorizadas, contribuindo negativamente para a imagem dessa arquitetura, bem como a dificuldade de acesso aos projetos originais, a maioria inexistente, e o estado de deterioração das edificações. Válido ressaltar que a pertinência do debate se faz presente pela inexistência de normativas protetivas específicas para a arquitetura moderna no estado, sistemas de identificação e preservação para a arquitetura moderna são ausentes na realidade paraense, a dificuldade de reconhecimento já exposta explicita que os imóveis modernos sejam compreendidos e identificados, portanto partindo de um diagnóstico, tema do debate aqui exposto.

A partir deste primeiro debate foram realizadas explicações breves sobre como se apresenta a arquitetura moderna, com enfoque na produção local, utilizando plantas baixas, maquetes eletrônicas e imagens de satélite do Google Earth, buscando aproximar a discussão teórica da materialidade arquitetônica, para que os membros se familiarizassem com os elementos. As

mediadoras da sessão instigaram os participantes a desenvolver uma listagem das características compreendidas, como “sintomas” para gerar o primeiro diagnóstico e descrição de alguns atributos da materialidade nas obras analisadas para sua identificação como “imóveis modernos”, dentre eles os mais enfatizados foram as esquadrias em fita e em vidro, vãos em balanço, o uso do concreto e elementos naturais como revestimento, e por último, o caráter artístico das casas com integração de painéis e mosaicos como parte da obra.

Diante das primeiras características identificadas, outras questões foram mencionadas pelas mediadoras em exemplos de obras mais conhecidas, como o distanciamento estilístico das arquiteturas anteriores, diversidade de apoios com presença de pilares inclinados, sendo eles metálicos ou em concreto armado, utilização de desníveis *split-levels*, jardins internos, integração de elementos como lagos e piscinas nas edificações e implantação da edificação no lote sendo solta ou parcialmente solta. As constatações geraram propostas e sugestões, como, por exemplo, se a adaptação dos terraços-jardins para jardins internos foi provocada por fatores climáticos regionais, ou quais seriam os elementos arquitetônicos recorrentes de escolas internacionais, carioca e regionais identificáveis nos exemplares modernos da cidade.

Também é pertinente incluir observações realizadas em exemplares modernos em Belém que demonstram situações presentes em algumas obras como a obsolescência funcional, e a posterior alteração nos usos, abordados no estudo de Tavares J. (2022) em casas do engenheiro e arquiteto local Camillo Porto de Oliveira, causada muitas vezes por seu envelhecimento, uma ideia da perda do caráter de novidade, por se considerar que a arquitetura moderna não envelhece com dignidade e o tempo não agrega valor como nos bens antigos, faz com que a obra moderna seja considerada superada antes de ser considerada histórica (CARVALHO, 2005).

Aspectos considerados adequados para constituir uma linha de diagnóstico para qualquer imóvel moderno levantados pelos membros do grupo, constituem aberturas de temas possíveis para pesquisas e análises, como a necessidade da construção de um inventário público das obras modernas com informações disponíveis para órgãos e demais interessados. Em maior escala, ponderou-se a possibilidade de criar o Museu do Moderno, abrigado em uma obra de Camillo Porto que esteja no processo de tombamento ou que esteja em desuso, propondo a interação do Poder Público com ações patrimoniais, incitando a circulação de ideias dentro do estado do Pará e permitindo a interiorização e investigação da arquitetura moderna fora da RMB - Região Metropolitana de Belém, assim como permitindo que o material coletado esteja disponível, em menor escala, para proprietários de imóveis modernos para que identifiquem suas obras e auxiliem em um banco de dados público.

Ao fim do debate do grupo, marcadores de página com recomendações de leituras abordando Arquitetura Moderna em Belém foram distribuídos como brindes para os participantes, que demonstraram profundo interesse no conteúdo como oportunidade de replicação e distribuição em prol da educação patrimonial e auxílio para construção de um diagnóstico. Em suma, ainda existem barreiras de conhecimento que dificultam o entendimento das obras como patrimônio moderno e, portanto, o diagnóstico é prejudicado em todas as instâncias, sejam elas primárias com os proprietários, ou secundárias com os órgãos competentes. O tema

debatido permitiu identificar tais debilidades, estabelecer propostas e traçar próximos passos para o desenvolvimento de pesquisas e ações de promoção da Arquitetura Moderna de Belém.

Elaboração de critérios para medidas de preservação e inventário do moderno em Belém

Ao longo dos debates deste grupo de trabalho, foram selecionados sete critérios interdependentes (negritados ao longo do texto) que podem nortear a eleição de edifícios da arquitetura moderna passíveis de preservação. O primeiro deles foi o **valor histórico** destas obras, partindo do entendimento de que as cidades manifestam suas mudanças também a partir de suas formas construídas. Os edifícios são testemunhas da passagem do tempo, “representam’ mais do que apenas a si mesmos, sendo transformados em instrumentos de ativação de uma ‘memória’ que se quer ‘coletiva’” (ZEIN, 2008, p.2). São marcos históricos que ajudam a pensar a cidade de hoje pressupõe a cidade de ontem.

Entender os edifícios não só como artefatos construídos e sim como fragmentos da história da cidade contribui para uma melhor valoração do patrimônio, até porque o passado garante sua historicidade somente no presente. Entretanto, no caso da arquitetura moderna, a valoração desse componente de historicidade é difusa, pois a arquitetura moderna ainda é lida como um fenômeno “menos antigo”, logo, “menos histórico”. Isto porque esta arquitetura pode ser passível de comparação a uma arquitetura do presente e seus elementos, tidos como visualmente cotidianos, no sentido de que ainda podem ser vistos e produzidos nos dias de hoje (DIAS, 2018), por conta, principalmente dos sistemas construtivos, podendo dificultar a distinguibilidade dessa arquitetura.

Neste sentido, é natural que uma residência das décadas de 1950, 1960 e 1970 guarde correspondências formais com uma residência contemporânea, pois isso revela que as arquiteturas contemporâneas sucedem prévias experimentações modernas. Afirma-se, deste modo, um inegável pioneirismo da arquitetura moderna em relação a elementos e soluções artísticas e construtivas. Há uma lista extensa de elementos característicos que conformam a linguagem da arquitetura moderna no Brasil - cobogós, brises, inclinações, sinuosidades, planta livre -, no entanto, o mais importante é compreender que não se trata de um jogo cumulativo, ou seja, uma obra não é mais ou menos moderna porque tem uma somatória maior dos elementos anteriormente descritos. Todos eles, em combinações variadas, são testemunhos de um tempo; são adequados à sua época de produção, ao “espírito da época”. Tais **aspectos formais** citados anteriormente são critérios fundamentais, e dizem respeito mais diretamente à realidade geométrica do edifício, destacando um ponto de vista técnico-construtivo sobre as formas.

Por outro lado, tendo as obras modernas expressões formais mais abstratas, indiferenciadas, distantes das referências precedentes, o processo de identificação e preservação desse conjunto pode ser dificultado. De acordo com Zein,

[...] as boas intenções das vanguardas modernas nem sempre (ou quase nunca) foram plenamente aceitas ou compreendidas. Raramente as arquiteturas modernas apresentam, entre suas qualidades mais distintivas, o de também serem comunicativas e/ou de fácil identificação com o público em geral. É frequente os usuários “não reconhecerem” o valor artístico de uma realização

arquitetônica moderna – inclusive porque, por sua natureza, ela tenderá a ser transgressora, a distender os limites do possível e do permissível, a sair do comum para enfrentar o novo. Logo, não pode esperar ser aceita simplesmente e sem estranheza (ZEIN, 2008, p.4).

Tal incômodo causado pelo estranhamento, paradoxalmente, acaba sendo um dos símbolos de distinção da arquitetura moderna. Esse estranhamento está relacionado à fruição estética da forma, logo, está-se falando em **valor artístico**. Este se estende para além de acepções retinianas focadas em distinguir formas geométricas. O valor artístico está assentado em despertares sensoriais diversos e seus desdobramentos: ou seja, a sensação de estranhamento causada pela arquitetura moderna, por si só, é um indicativo de seu diferencial artístico. Além disso, o valor artístico é revelado pela integração do fazer arquitetônico às artes plásticas, por exemplo.

Ratifica-se que os critérios de preservação são complementares. Os critérios não devem ser analisados isoladamente, pois um pode fornecer respostas que algum outro não esteja indicando com clareza. Uma obra como o Edifício Manoel Pinto da Silva (Figura 5), um marco da modernidade de Belém, cujas linhas figurativas o aproximam das expressões do *art déco*, não pode fixar apenas critérios formais para justificar seu valor. Um deles é o **valor referencial** daquele edifício. Isto porque, determinados edifícios são tão cristalizados na paisagem da cidade que, se alterados, seriam perceptíveis para aqueles que os têm como referência.

Figura 4: Edifício Manoel Pinto da Silva.



Fonte: Celma Chaves, 2023

Ainda no que concerne ao espaço da cidade, há que se considerar os eixos de desenvolvimento da arquitetura moderna (CHAVES, 2004), ou seja, áreas de Belém demarcadas por um notório processo de modernização e consolidação de formas modernas (casas e edifícios). Geralmente a **localização** dessas obras dá indícios de alterações socioespaciais da cidade. Outros parâmetros são justamente o entorno de construção dessas obras. A paisagem construída do entorno dá indícios dos processos ali vigentes.

Assim como a localização, os marcos históricos de cada década podem sugerir o pertencimento da produção a um contexto de desdobramentos do moderno, como os processos de modernização da cidade e suas formas construídas. Para citar alguns marcos locais: o fortalecimento do aparelho estatal durante o Estado Novo (déc. 1930), a influência socioeconômica e cultural estadunidense na Amazônia ao longo da Segunda Guerra, o desenvolvimentismo dos anos 1950, os grandes projetos na Amazônia e integração rodoviária a partir dos anos 60 e 70, dentre outros. Logo, o critério de **data de produção** é extremamente relevante. Porém, é preciso analisá-lo a partir de conceitos como “temporalidade” e “periodização” (WAISMAN, 2013), pois a produção moderna de Belém não se alinha às linhas do tempo simples ou hermeticamente fechadas. Exemplifica-se: as primeiras manifestações da linguagem moderna em Belém datam de 1949, na Casa Moura Ribeiro, de Camillo Porto de Oliveira – duas décadas após as primeiras experimentações nos grandes centros europeus. Ou seja, faz-se necessário ferramentas historiográficas e linhas do tempo revisadas que deem conta dessa complexidade temporal.

Além disso, as dinâmicas imateriais da modernidade, como transformações relativas ao *ethos*, ou seja, a modos de vida e organização social, ao *clima* cultural (GORELIK, 1999), guia-nos à importância do critério **autoria**. Grandes nomes da arquitetura moderna de Belém, por exemplo, são egressos do curso de Arquitetura recém-criado em 1964 e cuja criação responde a necessidades e anseios próprios de um campo da arquitetura então imerso em um contexto de modernização. Como no caso da arquitetura moderna em várias partes do mundo, esta, também em Belém, foi um instrumento para a modernização da cidade. Vale ressaltar que os critérios aqui estabelecidos admitem flexibilidades em relação a seus parâmetros mais específicos. No caso da autoria, isso se revela nas obras de linguagem moderna, mas que não foram projetadas por esses “grandes nomes” acima citados. Nesses casos, a necessidade de comprovar uma autoria renomada para só então definir a preservação, excluiria notáveis exemplares da arquitetura moderna não erudita. Deve-se também incluir a questão da autoria e acesso aos projetos originais pela importância de uma “aproximação crítica à obra, de modo a identificar as partes originais (...) oferecendo também subsídios para a preservação de sua autenticidade material (CARVALHO, 2005, p. 420).

Ademais, são destacados três parâmetros de avaliação *posteriores* à eleição das obras a serem preservadas, os quais contribuem na atribuição de “valores” para cada obra. Primeiramente, propor novos usos às edificações é uma boa forma de manter sua sobrevivência. Mas para isso, é preciso prever usos amplos e que congreguem a população geral sob um mote de educação patrimonial. Caso contrário, um uso restrito (ex: repartição pública de expediente interno), pode diminuir o número de pessoas passíveis do usufruto deste edifício. Segue-se a máxima: quanto mais pessoas conhecem um determinado edifício, mais chances ele tem de ser preservado. A **flexibilização do uso**, ou seja, as potencialidades que uma edificação tem de assumir usos distintos pode ser um diferencial para que uma obra ganhe relevo dentro de uma “disputa” de preservação. Lembrando que este não é um critério prévio, até porque não se pode preservar apenas aquilo que se julga “mais utilitário”.

Há que se observar também a questão da **viabilidade burocrática**. Para que uma obra receba as ações de preservação, é necessária uma avaliação de várias esferas de proteção ao patrimônio, inclusive apreciação em nível nacional. Ou seja, um dos maiores entraves da preservação de obras locais é conquistar um apreço que muitas vezes está calcado em

parâmetros do eixo sul-sudeste. Além disso, a enorme quantidade de obras que são submetidas a esse processo faz com que seja difícil que uma obra se destaque dentre tantas. Por isso a importância de se pensar em um tombamento em conjunto, vide o trâmite no IPHAN-PA em relação às obras do engenheiro-arquiteto paraense Camillo Porto de Oliveira. Ademais, questões de **viabilidade jurídica** também saltam ao horizonte, pois um dos entraves mais comuns do processo de preservação está relacionado aos proprietários legais da edificação, por vezes não localizados, por vezes avessos aos procedimentos de preservação.

Em sendo a arquitetura uma “arte permeada por seu valor de uso e tensionada por seu valor de troca” (ZEIN, 2008, p.6), ainda é necessário levar em consideração a importância que a **viabilidade financeira** terá ao longo das decisões. Porém, para além de pensar se é menos ou mais dispendioso preservar um determinado imóvel, discutiu-se também a necessidade de melhor redistribuir as responsabilidades financeiras que envolvem a preservação, numa tentativa de “desafogar” órgãos públicos de defesa ao patrimônio (áreas estas que contam com poucos recursos para sua manutenção). A ideia é convidar mais enfaticamente a sociedade civil - por meio de ações de educação patrimonial - e a iniciativa privada - que pode propor um uso para atividades culturais, por exemplo - para que estas colaborem em defesa do patrimônio. Neste último caso, irremediavelmente, são necessárias estratégias correspondentes a essa dinâmica privada, ou seja, atrativos financeiros como disponibilização de linhas de crédito, isenções tributárias etc.

A proposição de critérios e parâmetros de preservação flexíveis e intercomunicáveis é uma alternativa às limitações de um tombamento *strictu sensu*, o qual mostra dificuldades em abarcar as particularidades da arquitetura moderna, pelo menos no caso de Belém. Tais critérios podem contribuir na atualização dos inventários dos órgãos de patrimônio locais - o inventário da Fundação Cultural do Município de Belém data de 1994, e apenas recentemente começou a ser atualizado. Ademais, para que a preservação se dê satisfatoriamente, é preciso ir além da arquitetura, ou seja, estabelecer um diálogo com as outras forças operantes no campo, sejam elas institucionais (advogados, historiadores, artistas, mercado financeiro, órgãos públicos etc.), e, fundamentalmente, em nível civil (população em geral).

Considerações finais

As questões aqui desenvolvidas demonstram que se faz necessário, além de boa vontade política e administrativa, um conhecimento teórico e metodológico e o envolvimento de técnicos com conhecimento da causa, para que os exemplares da arquitetura moderna em Belém adquiram um papel de relevância histórica, cultural e estética, e possam usufruir de um *status* de proteção de forma urgente. A participação da academia e da sociedade civil é importante para que esse processo seja encaminhado de forma fundamentada e que alcance amplos segmentos sociais, seja na eleição dos exemplares, da reivindicação por sua proteção, como na posterior definição do destino de edifícios, quando for o caso, e do conhecimento sobre esse legado.

Os temas levantados sobre a preservação dos bens modernos em Belém, são de suma relevância para o reconhecimento de seu valor, e podem nos fornecer elementos para identificar os aspectos

recorrentes que se associam às escassas obras tombadas e aos vários indeferimentos praticados desde há alguns anos. Diagnósticos, inventários, educação patrimonial quando analisados em conjunto com as bases historiográficas e teóricas estabelecidas, podem dar respostas mais consistentes para a diversidade dessa arquitetura e a complexidade que é instituir padrões normativos de proteção e salvaguarda desse legado para as futuras gerações e para a memória e identidade histórica da cidade e seus habitantes.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Cláudia S. R. de. Preservação da arquitetura moderna. Edifícios de escritórios no Rio de Janeiro entre 1930-1960. 448p. Tese (Doutorado), FAUUSP, São Paulo, Vol. 1, 2005.

CHAVES, Celma. **Arquitectura en Belém entre 1930 - 1960: Modernización com Lenguajes Cambiantes**. 2004. 287 f. Tese (Doutorado) – Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona, Universitat Politècnica de Catalunya. Barcelona, 2004.

DIAS, Rebeca. "**Nunca me esqueço de que sinto**": Ambiências fenomenológicas da Arquitetura Moderna em Belém (1950-1965). 181 f. TCC (Graduação). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018

GORELIK, Adrián. O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização. In MIRANDA, Wander Melo (ed.). **Narrativas da modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1999. p. 55-80

OKSMAN, Silvio. Contradições da preservação da arquitetura moderna. 227p. Tese (Doutorado), FAUUSP, São Paulo, 2017.

MOREIRA, Fernando Diniz. Os desafios postos pela conservação da arquitetura moderna. **Revista CPC**, São Paulo, n. 11, p. 152-187, nov. 2010/abr., 2011.

PALLASMAA, Juhani. **Habitar**. Barcelona: Gustavo Gili, 2017. 124 p. Tradução e revisão técnica de Alexandre Salvaterra

PEREIRA, Margareth. Pensar por nebulosas. In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (orgs.). **Nebulosas do Pensamento Urbanístico**: tomo I – modos de pensar. Salvador: EDUFBA, 2018, p.239-261. (ISBN: 978-85-232-1697-0).

TAVARES, Maria Goretti da Costa. PATRIMÔNIO E CIDADE: uma leitura geográfica da cidade de Belém do Pará. **Revista Geografar**, [S.L.], v. 13, n. 1, p. 162, 21 jul. 2018. Universidade Federal do Paraná. <http://dx.doi.org/10.5380/geografar.v13i1.60269>.

TAVARES, Jessica. **Os tempos da arquitetura moderna**. Permanência, obsolescência e preservação. Duas casas de Camillo Porto em Belém. Dissertação de Mestrado, UFPA/PPGAU, Belém, 2022.

WAISMAN, Marina. **O interior da história**: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ZEIN, Ruth Verde; DI MARCO, Anita Regina. Paradoxos do valor artístico e a definição de critérios de preservação na arquitetura, inclusive moderna. **Arquitextos**, São Paulo, ano 09, n. 098.00, Vitruvius, jul. 2008 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.098/123>>.